



Gesney Laborda Gomes
Jaqueline Dos Prazeres Ribeiro

**A ATITUDE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA FACE À INCLUSÃO
DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (EPAEE) DA
REDE MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**

Ji-Paraná
2019

Gesney Laborda Gomes
Jaqueline Dos Prazeres Ribeiro

**A ATITUDE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA FACE À INCLUSÃO
DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (EPAEE) DA
REDE MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**

Artigo apresentado ao curso de Educação Física Licenciatura, do Centro Universitário São Lucas 2019, como requisito final para obtenção do título de graduação licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Prof^a. Esp. Regiane Caris dos Santos

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Gerada mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

G633a Gomes, Gesney Laborda
A atitude dos professores de Educação Física face a inclusão de
estudantes público-alvo da educação especial (EPAEE) da rede
municipal de Ji-Paraná / Gesney Laborda Gomes, Jaqueline dos
Prazeres Ribeiro. -- Ji-Paraná, RO, 2019.
38 p.
Orientador: Prof. Regiane Caris dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação
Física) Centro Universitário São Lucas

1. Política de Inclusão. 2. Ensino Público. 3. Ação Pedagógica.
I. Ribeiro, Jaqueline dos Prazeres. II. Santos, Regiane Caris dos. III.
Título.

CDU 376

Bibliotecário(a) Alex Almeida CRB 11.853

Gesney Laborda Gomes
Jaqueline Dos Prazeres Ribeiro

**A ATITUDE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA FACE À INCLUSÃO
DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (EPAEE) DA
REDE MUNICIPAL DE JI-PARANÁ**

Artigo apresentado ao curso de Educação Física Licenciatura, do Centro Universitário São Lucas 2019, como requisito final para obtenção do título de graduação licenciatura em educação física.

Orientadora: Prof^a. Esp. Regiane Caris dos Santos

Ji-Paraná ___ de ___ de _____

Avaliação/Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Resultado: _____

Titulação e Nome

Nome da instituição

Titulação e Nome

Nome da instituição

Titulação e Nome

Nome da instituição

A ATITUDE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA FACE À INCLUSÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (EPAEE) DA REDE MUNICIPAL DE JI-PARANÁ¹

Gesney Laborda Gomes²

Jaqueline dos Prazeres Ribeiro³

Resumo: A constituição Federal garante aos alunos com deficiência o direito à educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas de ensino. A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular ainda passa por alguns desafios, pois o ato de incluir, não significa simplesmente matricular no ensino regular, mas assegurar a estes educandos, aos professores e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. Portanto o presente trabalho tem o objetivo de analisar como está ocorrendo a atitude dos professores de Educação Física com os Estudantes Públicos Alvo da Educação Especial (EPAEE) da rede municipal de Ji-Paraná com ensino fundamental I. A metodologia adotada nesta pesquisa consistiu em pesquisa de campo caracterizada como pesquisa exploratória e descritiva. Para realizar o levantamento dos dados foi aplicado um questionário estruturado com perguntas fechadas para os 14 professores de Educação Física que participaram da pesquisa. Baseado na análise de dados do questionário os professores têm o conhecimento sobre a inclusão de alunos EPAEE, porém se sentem inseguros na hora de transmitir o conhecimento da forma prática.

Palavras-Chave: Inclusão. Educação Física. Ensino Fundamental I.

THE ATTITUDE OF PHYSICAL EDUCATION TEACHER'S TO MEET THE INCLUSION THE STUDENTS THE SPECIAL EDUCATION OF THE JI-PARANÁ'S MUNICIPAL NETWORK.

Abstract: The Federal Constitution ensure for the students with disabilities the right to quality education in regular education in public educational institutions. The inclusion of students with disabilities in regular education still faces some challenges, because the act of including, does not mean simply enrolling in regular education, but assuring these students, teachers and school the necessary support for their pedagogical action. Therefore, the present work has the objective to analyze how is occurring the attitude of the Physical Education teachers' towards Public Education Students of the Special Education (EPAEE) of the municipal network of Ji-Paraná in the elementary school I. The methodology adopted in this research consisted in a research in the field characterized by exploratory and descriptive research. To conduct the data collection, a structured questionnaire was applied with closed questions for the 14 Physical Education teachers'was participated in the research. Based on the data analysis of the questionnaire, teachers have the knowledge about the inclusion of special students, but they feel insecure when transmitting knowledge in a practical way.

Keywords: Inclusion. Physical Education. Elementary School I.

¹ Artigo apresentado no curso de graduação em Educação Física Licenciatura do Centro Universitário São Lucas 2019, como Pré-requisito para conclusão do curso, sob orientação da professora Especialista Regiane Caris dos Santos. Email: regianecaris@hotmail.com

² Gesney Laborda Gomes, graduando em Educação Física Licenciatura do Centro Universitário São Lucas 2019. Email: gesney.laborda@gmail.com

³ Jaqueline dos Prazeres Ribeiro, graduanda em Educação Física Licenciatura do Centro Universitário São Lucas 2019. Email: jaque.ribeiro.prazeres@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência em geral é um assunto muito abordado na atualidade, devido à dificuldade de construir uma sociedade inclusiva, em que a população possa exercer completamente os seus direitos e deveres, contribuindo de todos os cenários existentes na sociedade e usufruindo de suas garantias civis, políticas, econômicas e educacionais.

Neste sentido, a escola deve envolver vários aspectos, tais como: edificação, recursos didático-pedagógicos e principalmente a conscientização de toda a comunidade (LEITÃO, 2006). Assim, a escola exerce um papel fundamental na inclusão dos Estudantes Público Alvo da Educação Especial (EPAEE), pois cabe a ela ter um ambiente inclusivo que favoreça condições e meios para que todos possam desenvolver suas potencialidades independente de suas deficiências específicas.

Para que os alunos consigam desenvolver suas habilidades, Cortez (2008) reconhece que a disciplina de Educação Física face à deficiência tem se apresentado como um dos pontos positivos para a ocorrência do processo educativo, tomando por base as atitudes do professor frente a esse contexto, e assim garantindo que os estudantes permaneçam nas escolas para que tenham experiências sociais, motoras e recreativas.

A fim de contribuir com a inclusão dos EPAEE nas aulas de Educação Física, este trabalho analisou como os professores desta disciplina estão enfrentando o processo de inclusão na educação básica, em especial nos anos iniciais. Através de aplicação de questionário, observou-se que a inclusão, por todos os participantes, é sim um contributo importante e que, os professores têm buscado cumprir dentro de suas possibilidades, esta missão, seja buscando ajustar suas práticas ou mesmo por conscientização. Porém, ainda faltam alguns recursos para que ela ocorra de forma genuína, a começar pela formação dos profissionais da educação, citada por todos como algo ainda muito aquém do que se espera no mercado de trabalho pelas políticas públicas, que em contrapartida, não favorece ou promove meios para que os profissionais da área busquem aperfeiçoamento através de cursos de formação continuada, gerando assim a desmotivação por parte dos professores, que por sua

vez, podem desenvolver um sentimento de acomodação, outra grande e talvez, a maior barreira a ser rompida para o processo da inclusão.

1.1 POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A trajetória da educação inclusiva tem se dado num processo lento de aceitação. Todavia, as políticas educacionais vêm contribuindo de uma forma mais homogênea para o crescimento e difusão desta educação. Para compreender melhor essa trajetória faz-se necessário conhecer as políticas públicas educacionais que surgiram para o favorecimento desta.

Na busca por constituição do percurso da política pública para a educação inclusiva, teremos de início a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que apresenta em seus artigos 206 a 208 como um dos seus objetivos fundamentais, o compromisso político brasileiro com a educação de forma a estabelecer a igualdade no acesso à escola, sendo dever do Estado proporcionar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece através da Lei nº 8.069 de 13/07/1990, no capítulo IV, artigo 53, incisos I e III, respectivamente, “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Complementando a esses direitos, o Art. 59 diz que é responsabilidade dos municípios, com apoio dos estados e da União, estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Porém, foi a partir do ano de 1990 que se deram as aspirações por uma educação pública de base democrática tendo como marco de referência a Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Esse documento passou a influenciar a formulação das políticas públicas de educação inclusiva

garantindo o respeito às diferenças, assim como uma escola para todos, sendo um marco decisivo para o processo de inclusão no Brasil. (BARRETA & CANAN, 2012).

Outro momento importante ocorreu em 1996, quando foi decretada e sancionada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, a qual traz o art. 58 § 1º, destinado a educação especial a qual se refere:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL,1996 p.39)

Pode-se perceber que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ampara os alunos com deficiência na escola regular e neste sentido caberá à escola providenciar o atendimento necessário a estes alunos, respeitando suas condições específicas, mas que tenha o mesmo atendimento concedido aos demais alunos.

Uma conquista mais recente e significativa ocorreu no ano de 2008, onde o governo federal institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, este documento apresenta os marcos legais e históricos da educação inclusiva, contextualizando a escola especializada, o qual norteia as ações para a inclusão de pessoas com deficiência, seja ela sensorial, motora, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades (BRASIL, 2008).

Ainda em 2008, é lançado o Decreto Legislativo nº 186/08 que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinado em Nova Iorque, em março de 2007, que tem como objetivos, conforme o artigo 1º, “[...] promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL,2008).

Este decreto em seu Art. 30 aborda sobre a participação na vida cultural em recreação, lazer e esporte, assegurando que as pessoas com deficiência participem em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Os Estados Partes deverão tomar medidas apropriadas para:

- a. Incentivar e promover a máxima participação possível das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis;
- b. Assegurar que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em atividades esportivas e recreativas específicas às deficiências e, para tanto, incentivar a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;
- c. Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso a locais de eventos esportivos, recreativos e turísticos;
- d. Assegurar que as crianças com deficiência possam, em igualdade de condições com as demais crianças, participar de jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar; e
- e. Assegurar que as pessoas com deficiência tenham acesso aos serviços prestados por pessoas envolvidas na organização de atividades recreativas, turísticas, esportivas e de lazer. (BRASIL, 2008 p.195).

Durante tempos, pessoas com algum tipo de deficiência foram vistas como incapazes, à medida que a inclusão foi ocorrendo dentro das escolas, os Estudantes Público Alvo da Educação Especial (EPAEE), além de estarem incluídos dentro das salas de aulas, precisavam também estarem incluídos nas aulas de Educação Física, visto que muitos dos EPAEE que possuem algum tipo de deficiência, são do tipo físico, motivo ainda mais relevante para que fosse criado tal artigo, que trata exclusivamente da promoção de atividades inclusivas.

Mais recentemente, no ano de 2011, foi elaborado o Plano Nacional da Educação (PNE), na qual a meta 4 pretende “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”. Dentre as estratégias, está garantir repasses duplos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a estudantes incluídos; manter e aprofundar o programa

nacional de acessibilidade nas escolas públicas; promover a articulação entre o ensino regular e o AEE; acompanhar e monitorar o acesso à escola de quem recebe o benefício de prestação continuada.

Mesmo com os avanços no que diz respeito a parte legal e formalidade dos decretos e leis que norteiam a inclusão, sabe-se que na realidade, devido às dificuldades, existentes ou não, muitas vezes a inclusão ocorre de maneira vulgar, sendo apenas cumprida, e não respeitada. Torna-se então, importante a valorização dos profissionais que trabalham diretamente com os EPAEE, a fim de que estes estejam de alguma forma motivados a buscar continuamente conhecimento e estratégias de ensino, para que estejam realmente preparados para fazerem com que a inclusão de fato, aconteça.

Um dos últimos documentos a ser lançado foi o Relatório Mundial sobre a Deficiência no ano de 2012, o qual diz que a prioridade de todos os países seria o de garantir uma educação de qualidade para as crianças com deficiência, pois estas, assim como os adultos, historicamente foram excluídos da oportunidade educação.

Em 2015, o MEC lançou o Caderno com Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que reúne “documentos oriundos de demandas dos sistemas de ensino e sociedade em geral, para auxiliar e subsidiar as discussões, ações e o controle social das políticas públicas voltadas à inclusão escolar das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação”. Neste material estão reunidos decretos, resoluções, pareceres e notas técnicas, inclusive a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que firmam o compromisso feito na Convenção sobre os Direitos da pessoa com Deficiência. (MEC, 2015).

Pode-se dizer que este caderno é um resumo da trajetória de luta da Educação Inclusiva, luta que está longe de findar-se, mas que já tem alcançado vitórias importantes para os alunos, principalmente para os da Educação Especial.

Uma das últimas grandes conquistas foi a instituição da Lei Brasileira de Inclusão (ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), que entrou em vigor em 2016, ela é a adaptação da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com

Deficiência da ONU à legislação brasileira e trata da acessibilidade e da inclusão em diferentes aspectos da sociedade. No que tange a educação, a LBI em seu Art. 27 afirma que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015 p.34).

Cientes da luta por uma educação igualitária e de qualidade, e dos avanços, mesmo que aparentemente, ainda inexistentes dentro das escolas, é de grande satisfação olhar para a história da inclusão até nos dias de hoje e o caminho percorrido até aqui. Devidamente documentada e orientada, a educação dá um passo importante quanto a inclusão, visto que agora, conforme as leis e decretos, os estudantes são reconhecidos como seres capazes de conviverem em sociedade, principalmente dentro das escolas, deixando para trás o paradigma de que deveriam ser separados dos demais, a fim de frequentarem centros especializados, onde o convívio é limitado a pessoas com as mesmas necessidades. Agora estes alunos passam a fazer parte do ambiente escolar comum, além de terem suas especificidades respeitadas e norteadas, a fim de serem devidamente atendidas, fazendo assim com que as instituições de ensino tenham a preocupação em formar profissionais da educação preparados e seguros de sua missão em cumprir de forma eficaz seu papel de promover a inclusão, bem como a conscientização destes profissionais, no que diz respeito a busca por conhecimento e nivelamento de suas práticas.

1.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Educação Especial é uma modalidade que visa atender alunos com algum tipo de deficiência, apontando propostas pedagógicas inclusivas, motivando melhoria da qualidade de vida escolar e social das pessoas com deficiência. Assim, essa modalidade de ensino abrange deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla e de características como altas habilidades/superdotação.

Desta forma, a Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP), através do documento Política Nacional de Educação Especial que rege oficialmente os serviços públicos nesta área, considera a Educação Especial como sendo:

[...] um processo que visa a promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado. O processo deve ser integral, fluindo desde a estimulação essencial até os graus superiores de ensino. Sob esse enfoque sistêmico, a educação especial integra o sistema educacional vigente, identificando-se com sua finalidade, que é a de formar cidadãos conscientes e participativos (BRASIL, MEC/SEESP,1994, p.17).

Esta definição considera inicialmente a Educação Especial como um “instrumento de intervenção”, como um processo que pretende modificar o estado do desenvolvimento de seus usuários.

A Educação Especial transcorre todos os níveis, etapas e demais especificidades de ensino que oferece recursos, serviços e estratégias de acessibilidade ao ambiente escolar (BRASIL, 2008 p. 7). Nessa circunstância, a escola regular deixa de ser um único sistema de ensino e começa a ser paralelo com níveis e etapas próprias.

Quando falamos de inclusão, compreendemos que é o início da acessibilidade a todas as pessoas, desta forma, esta ação permite que todos tenham o direito de integrar e participar de vários fatores ao seu redor sem sofrer qualquer tipo de discriminação e preconceito perante a sociedade, e que este processo deve ser praticado por todos. Sassaki (2006), completa essa ideia ao elencar como princípios inclusivos, a aceitação das diferenças, a valorização dos indivíduos, a convivência na diversidade, a cooperação, a solidariedade, a qualidade de vida e o exercício da cidadania.

Em consideração, Carvalho (2007) designa que esses são princípios democráticos nos quais, os sistemas educacionais inclusivos fundamentados, permitem o respeito às liberdades e direitos, o que contribui para o desenvolvimento pleno do indivíduo. Baseado nos conceitos da autora, ela resume o que deve ser disponibilizado por um sistema educacional inclusivo:

[...] o direito a educação; o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um “modo igual” de educar a todos e sim dar a cada o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais; escolas responsivas e de boa qualidade; o direito de aprendizagem; e o direito à participação (p. 81).

Avaliando esses princípios, a proposta da inclusão vem responder a necessidade da sociedade por uma educação vasta onde cada um, professor, aluno, pais, gestores e demais funcionários sejam responsáveis pela aprendizagem de todos os alunos. Esse compromisso ultrapassa a mera inovação educacional, implica antes, na mudança de atitude. É preciso ter o que Montoan (2003) chama de “disponibilidade interna”, isso enfatiza que para ter mudanças nas propostas educacionais, no ambiente físico, nas organizações curriculares, nos métodos e técnicas, é preciso mudança de comportamento da sociedade envolvida no processo inclusivo. Precisamos liquidar o fator mito, de que a falta de conhecimento sobre as deficiências o isenta de comprometimento sobre o sucesso ou fracasso da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

Mediante todo o exposto, fica evidente que a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular depende, em primeiro lugar, de uma mudança na educação como um todo, desde a preparação dos ambientes, levando em consideração a infraestrutura e os recursos pedagógicos, como também a preparação de profissionais fora e dentro dos cursos de licenciaturas para a demanda.

1.3 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR INCLUSIVA

O conceito da Educação Física exposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) é entendido como:

Uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal do movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico e da melhora da qualidade de vida (BRASIL, 1998 p. 29).

Neste sentido, a Educação Física pode ser entendida como um conjunto de conhecimentos que tende a desenvolver as qualidades físicas e aprimorar os valores morais do indivíduo, favorecendo um corpo saudável e o bem-estar geral.

A partir da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) aborda-se que a Educação Física atual deve defender uma proposta metodológica baseada na reflexão que favorece a promoção da autonomia, perspectivando o desenvolvimento integral do ser, o exercício da cidadania e seu preparo para a vida (SCARPATO *et al*, 2007).

Dentre as definições da Educação Física, podemos citar (Freire 1989, p.13) que contribui dizendo que ela não é apenas educação do ou pelo movimento, é a educação de corpo inteiro, entendendo-se, por isso, uma relação do corpo com os outros corpos e objetos do espaço. Isso faz com que a Educação Física não seja mais vista de forma fragmentada, mas sim de uma forma global, fazendo com que os alunos possam compreender suas ações, levando a uma discussão crítica do que aceitam ou discordam. Isso faz com que, tenha uma ressignificação dos conhecimentos, proporcionando a ampliação da sua cultura corporal e social de forma significativa.

Já para Darido (2005), a Educação Física é uma prática pedagógica que trata da Cultural Corporal do Movimento, fazendo com que ocorra a introdução e integração do aluno na cultura corporal.

A Educação Física deve dar oportunidades a todos os alunos para que possam desenvolver as suas potencialidades, de uma forma democrática e não seletiva, oportunizando o aprimoramento como seres humanos, e fazendo com que dentro da cultura corporal haja uma associação entre o saber movimentar-se, o sentir o movimento e o saber sobre esse movimento, para formar um cidadão capaz de produzir, reproduzir e transformar esse movimento como instrumento para usufruir dos esportes, danças, ginásticas, lutas e jogos em benefício individual e comunitário. (PCN's 1998, p.29).

Em relação aos últimos anos, a disciplina de Educação Física vem perdendo espaço no âmbito escolar, sendo muitas vezes colocada em segundo plano por algumas instituições escolares, tornando-se assim, uma disciplina de baixo índice participativo pelos alunos.

Através de diversas leituras, destaca-se a importância das aulas de Educação Física na escola desde os primeiros anos escolares, pois esta disciplina integra o

aluno a uma cultura corporal de movimento, ajudando-o em seu desenvolvimento motor e social.

Ensinar Educação Física interfere em diferentes situações para com os alunos. Não se trata apenas de um momento de lazer dentre outras disciplinas, como muitos vêem. Ela perpassa do lúdico ao desenvolvimento motor, cognitivo, social, dentre outros aspectos importantes que irão refletir na vida adulta de cada um.

Segundo Silveira e Pinto (2001, p. 139) afirmam que:

A Educação Física se justifica na escola já que não há outra prática pedagógica que se ocupe da dimensão cultural de que só a Educação Física trata que é a cultura de movimento humano, expressa nos jogos, nas danças, nas lutas, nos esportes e nas ginásticas. Se o objetivo da escola é atender à educação global do Aluno, deixar de lado este aspecto de nossa cultura, parte do patrimônio cultural da humanidade, que está tão presente em nosso dia-a-dia, é algo impensável. Temos que dar nossa contribuição para que nosso aluno possa conhecer, escolher, vivenciar, transformar, planejar e ser capaz de julgar os valores associados à prática da atividade física, mais do que apenas praticar sem entender essa prática, simplesmente aderindo (ou não) à moda da atividade física.

Porém, o que se observa é que a Educação Física tem sido desvalorizada no contexto escolar, fazendo com que os alunos ao chegarem no ensino médio, principalmente, acabem não tendo mais motivação para participarem das aulas, por entenderem que não existe importância ou obrigatoriedade de assiduidade nesta disciplina. Segundo Martins e Freire (2013. p 460):

[...] o professor de Educação Física, assim como os demais educadores, enfrenta em seu cotidiano o desafio de construir uma metodologia de ensino que estimule a participação dos alunos em suas aulas. Muitos estudantes, principalmente nas últimas séries do ensino fundamental e no ensino médio, demonstram desinteresse pelas aulas.

As aulas de Educação Física ainda não são vistas como um componente curricular tão importante quanto as outras, tanto que, constantemente, são suspensas para alguns alunos, como forma de castigo e punição quando estes têm mau comportamento em outras disciplinas.

Entendendo que a Educação Física é um componente curricular obrigatório de grande importância, cabe observar como ocorre o planejamento dessas aulas, pois de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, cada professor deve realizar seu planejamento das aulas, não sendo algo proposto somente no papel, mas sim no cotidiano escolar, trabalhando todos os conteúdos propostos e incluindo todos os alunos de uma forma abrangente. Muitas vezes, o que se vê nas escolas e nas quadras poliesportivas durante as aulas de Educação Física não corresponde ao que é proposto no planejamento. No entanto, cabe a cada profissional em formação ou não, se conscientizar e perceber onde estão as falhas no processo pedagógico e desta maneira fazer com que nas aulas exista mais comunicação, tornando mais transparente a transmissão de informação aos alunos, e assim, permitindo com que eles também auxiliem na melhoria das aulas.

A Educação Física inclusiva para Aguiar (2007) *apud* Lara e Pinto (2017) deve desenvolver competências e condições igualitárias, buscando, portanto, estratégias para impedir a exclusão ou segregação. Durante as atividades de Educação Física, os alunos ampliam seus contatos interpessoais, pois nestas atividades são ensinados os limites e a superação, além da competitividade e, isso ajuda a valorizar a diversidade e o respeito entre os alunos.

Neste sentido Maciel (2009 p.5) acrescenta que “o professor de Educação Física deve sempre garantir condições de segurança para o aluno com necessidades especiais, fazendo adaptações, criando situações de modo a possibilitar a sua participação, sempre visando todas as possibilidades que favoreçam o princípio da inclusão”. É importante que o professor fique atento a individualidade dos alunos, pois cada um precisará de um suporte diferente para estar participando ativamente das aulas.

A participação dos EPAEE nas aulas de Educação Física pode trazer muitos benefícios, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento das “capacidades afetivas, de integração e inserção social, assim como construção de uma atitude digna e de respeito próprio por parte do deficiente, pois a convivência pode possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, respeito e aceitação, livre de qualquer tipo de preconceitos” (PCN'S, 1997, p.31).

Contudo, as aulas necessitam ser preparadas com intuito de incluir todos os alunos, especialmente os EPAEE, que precisam também desenvolver suas

capacidades físicas, cognitivas e interpessoais. A medida que esses alunos passam a conseguir desenvolver as atividades propostas pelo professor de Educação Física nas aulas, conseqüentemente passam a ter também uma qualidade de vida melhor fora do contexto escolar.

1.4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Sabe-se que muitas são as dificuldades que os professores de Educação Física encontram dentro das escolas, e uma delas podemos citar que é o atendimento das necessidades dos EPAEE, porém é questionável qual o papel dos professores diante desta situação, para que seus alunos com necessidades especiais sejam melhor assistidos e tenham um aprendizado significativo.

Complementando a esta afirmativa, alguns profissionais da educação, de forma geral, apesar de acreditar e apoiar a inclusão, admitem que não estão preparados para atuarem com alunos que possuem algum tipo de necessidades especiais (CHICON; PETERLE *et al*, 2014).

Uma das possíveis justificativas para tal situação se dá, devido às mudanças quanto a inclusão, ocorridas na década de 1990. Anterior a isso, era nas escolas especializadas que se encontravam os alunos com deficiência, onde somente os professores dessas escolas tinham a oportunidade de trabalhar com esses alunos. (SOARES, 2004) *apud*(CHICON *et al*, 2014). Compreende-se então que, profissionais formados até esta época e, possivelmente, os que se estão se formando atualmente, não tiveram ou estão tendo de maneira superficial, contato com disciplinas e atividades práticas que abordem temas referentes a tipos de deficiências e inclusão.

Em virtude disso, a educação inclusiva nas escolas tem encontrado muitas barreiras, como os problemas com infraestrutura e materiais pedagógicos, e principalmente a falta de formação dos professores, motivos que dificultam a criação de políticas desse tipo (NASCIMENTO, 2009).

Porém, mesmo que um profissional que tenha tido uma formação completa, que compreendesse todo o universo da inclusão, e mesmo com a possibilidade de especialização em cursos de formação continuada, existem aqueles profissionais

que simplesmente não se sentem confortáveis para trabalhar com os EPAEE, seja por falta de simpatia, ou simplesmente por não se identificarem com a educação especial.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia adotada nesta pesquisa foi pesquisa de campo caracterizada como pesquisa exploratória e descritiva, pois é a que melhor atenderia os requisitos para a realização do estudo, permitindo maior familiarização com o objeto de pesquisa e a descrição das características do fenômeno estudado. Assim, Gil (2008, p. 27) complementa que, a pesquisa exploratória “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”.

O estudo também se refere a uma pesquisa bibliográfica, pois a partir de estudos já firmados, discutimos a temática para fundamentar a pesquisa, e também de natureza qualitativa, de forma que, segundo Chagas (2010) e Thomas e Nelson (2012), compreende-se o interesse na perspectiva e na atuação dos indivíduos em relação às suas experiências e perspectivas com um determinado fenômeno, com informação subjetiva e narrativa.

A pesquisa realizada buscou compreender os contributos e barreiras da inclusão no âmbito escolar, especificamente, nos anos iniciais, através de questionário aplicado a professores de Educação Física do ensino fundamental I, das escolas da zona urbana e rural do município de Ji-Paraná – Rondônia.

Para participar da pesquisa, utilizamos como critérios de participação tais requisitos:

- a) Ser professores de Educação Física da rede municipal de Ji-Paraná;
- b) Estar atuando regularmente em salas de aulas;
- c) Não está afastado e/ou com Licença;
- d) Assinar e entregar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Depois de finalizar o projeto de pesquisa, encaminhamos a para o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná CEULJI/ULBRA por meio da Plataforma Brasil. O projeto foi aprovado e consta no processo do CAAE03803318.7.0000.5297. (ANEXO I)

Após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética, começamos a coleta de dados. A coleta de informações se desenvolveu nas escolas municipais da cidade de Ji-Paraná com suporte das informações obtidas através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), bem como pela autorização para visita pessoal às escolas que se fizeram necessária.

Para a pesquisa, foram convidados todos os 21 professores de Educação Física da rede municipal, porém, aceitaram participar da pesquisa apenas 14 dos convidados, onde foi apresentado a cada um o projeto, benefícios e riscos, além de entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO II), o qual consta o objetivo da pesquisa, a forma de participação dos colaboradores, os riscos que poderiam existir, bem como ficou assegurada a manutenção do sigilo da identidade. Nesta ocasião também foi entregue o questionário estruturado (ANEXO III) contendo 08 perguntas para realizar um levantamento sobre o perfil dos professores e suas práticas pedagógicas com os EPAEE e outras 14 perguntas de múltipla escolha, onde os participantes deveriam assinalar se concordam, discordam, ou se nem concordam e nem discordam com as perguntas acerca da inclusão e sua experiência com alguns tipos de deficiência. Tais informações foram utilizadas para a realização deste estudo. Os professores que assinaram o TCLE, receberam o questionário e responderam.

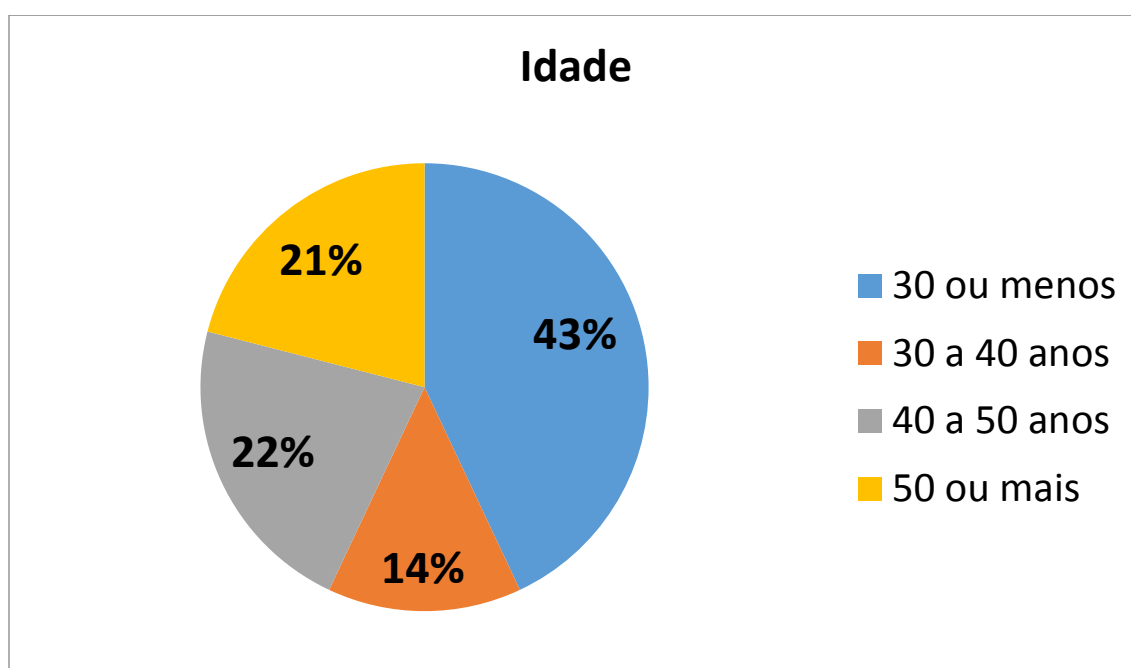
Para análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo pois esta busca compreender o “significado dos dados coletados e também tem o objetivo de facilitar o entendimento dos conteúdos através de alguma classificação apresentada de forma sistematizada, que pode ser a divisão em categorias ou pela contagem de palavras e termos contidos nas respostas”(MARTINS, 2017 p. 03).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

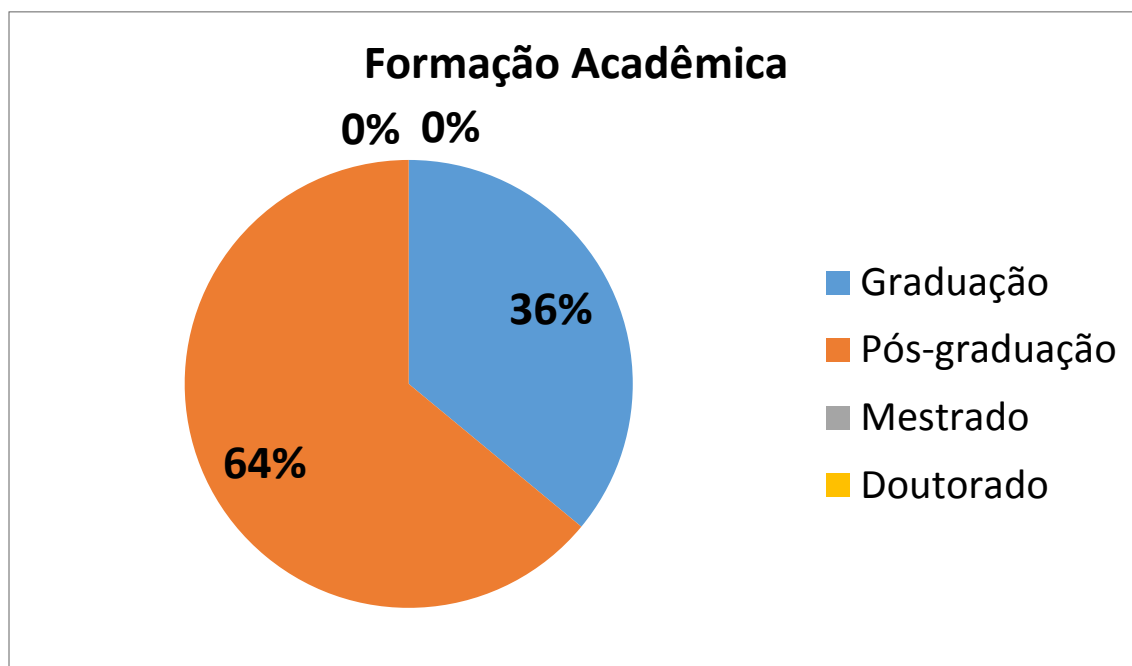
Para análise das informações obtidas através do questionário, os dados foram categorizados da seguinte forma: perfil dos professores, formação profissional e a percepção quanto à inclusão.

Para traçar o perfil dos professores foi analisado os dados referentes a gênero e idade. Quanto ao gênero, observou-se que 09 dos professores são do sexo masculino (64%) e, apenas 05 do sexo feminino (36%).

No que se refere a faixa etária dos sujeitos, observou-se que 06 dos professores possuem menos de 30 anos, 03 possuem entre 40 a 50 anos, outros 03 tem 50 anos ou mais e 02 dos professores tem entre 30 a 40 anos, conforme o gráfico:



Quanto ao nível de formação dos professores entrevistados, 09 possuem especialização, 05 possuem apenas a graduação e nenhum dos professores possuem mestrado ou doutorado, conforme gráfico:



A partir desses dados podemos verificar que um número considerável possui um curso de pós-graduação, porém 36% dos sujeitos não deram continuidade a sua formação. A Formação Continuada existe a fim de preparar professores para o desenvolvimento de práticas profissionais adequadas, sendo necessário renovar e modificar a atuação para as novas demandas educacionais.

Entender o papel e a influência que a escola e o professor exerce em relação ao aprendizado de qualidade do aluno significa ter consciência de que a formação continuada é importante e que esta, conforme Lima (2001), deve estar “a serviço da reflexão e da produção de um conhecimento sistematizado, que possa oferecer a fundamentação teórica necessária para a articulação com a prática criativa do professor em relação ao aluno, à escola e à sociedade” (ALTENFELDER, 2005 *apud* LIMA, 2001 p.32)

Segundo a Lei de Diretrizes e Base (9.394/96) determina que o profissional esteja sempre em permanente formação para o aperfeiçoamento profissional. Este entendimento aponta novas demandas do mundo do trabalho, que requer uma formação consistente dos professores, gerando também transformações na busca de uma identidade profissional que agregue saberes para além da prática.

Durante a graduação existem algumas disciplinas que favorecem o contato com a educação especial, porém compreendemos que não é o suficiente para

desenvolver uma prática genuína, pois elas não permitem uma real vivência neste ambiente, como acontece na prática proporcionada pelos estágios supervisionados, onde é possibilitado ao acadêmico um primeiro contato com o espaço escolar. Somente tendo um contato afinho com estes alunos é que realmente iremos saber como planejar uma aula que atenda suas necessidades.

Deste modo, é importante dizer que a formação continuada vem para suprir as necessidades da formação inicial, possibilitando que professores estejam sempre atualizados dos conteúdos básicos, agregando novos conhecimentos. Sobre isso, Rossi (2013, p. 148), afirma que “a Formação Continuada contribui para a modificação da profissionalização do professor, desenvolvendo domínios necessários à sua qualificação, como também atua no exame de possíveis soluções para os problemas reais do ensino”.

Sobre a formação, o que se analisa é que muitas são as barreiras encontradas pelo professor quanto a sua prática, visto que muitas instituições de ensino ainda pouco os prepararam para lidar com EPAEE, formando assim, profissionais pouco seguros quanto a esta temática, já que na sua formação inexistia uma disciplina específica para lidar com esse público. É notório também, a falta de suporte quanto a outros profissionais da área para trabalhar com essas crianças, já que elas necessitam de uma atenção especial e um trabalho diferenciado.

Quanto a **Experiência profissional**, os professores participantes da pesquisa responderam à pergunta relativa a quantos anos eles atuam na área e constatamos que 46% dos professores possuem experiência de mais de 10 anos, enquanto 36% destes profissionais são recém-formados, com menos de 05 anos de prática, e 21% dos professores relata possui experiência entre 05 a 10 anos, como podemos observar no gráfico abaixo:



Podemos perceber que há professores com mais tempo de atuação na área, acredita-se que quanto mais experiência e anos de docência, melhor é a atuação profissional, pois a experiência vivenciada conta muito para evitarmos erros.

Porém, uma pesquisa realizada na área da educação no ensino fundamental, por Cruz e Soriano (2010), mostra que, tanto professoras de maior idade e maior tempo de experiência profissional, quanto professoras de menor idade e formação recente, se mostram inseguras quanto ao seu papel interventor na questão da inclusão.

Neste sentido, para que os professores estejam preparados para o processo de inclusão, alguns autores sugerem o “auto aprimoramento” como forma de especialização profissional, entendendo que este é o primeiro passo para que se tenha resultados positivos através da formação continuada. (CRUZ; SORIANO, 2010).

Chicon e Nascimento (2011) tiveram como objetivo de pesquisa compreender como a formação continuada poderia melhorar o instrumental teórico e prático dos professores de Educação Física, de forma a viabilizar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Porém, a formação é mais do que simplesmente, o professor frequentar vários cursos, ele precisa ser estimulado a se auto questionar e compreender suas concepções a respeito de sua prática

pedagógica para aprimorar o ensino, tornando-se assim, pesquisador de sua ação. (NASCIMENTO, 2009).

Alguns professores por não se sentirem seguros ao atenderem alunos com deficiências em suas aulas, utilizam de discursos um tanto quanto preocupantes, como nos mostra uma entrevista aplicada na pesquisa realizada por Monteiro e Manzini (2008) com professores da rede estadual e municipal, onde um dos entrevistados afirma: “Já fala, ele é especial, ele precisa de uma atenção especial e o professor com 35 alunos, como ele vai dar atenção especial para esse aluno com deficiência? ”

Outro entrevistado em seu discurso afirma que: “[...] não dá tempo para eu dar esta atenção especial para eles [...] não é uma criança que você passa a atividade e deixa e ele faz perfeitamente, não faz, você tem que ficar ali, falando”. Outro diz: “Eu acho meio complicado ter 31 alunos em sala de aula e ter mais um com alguma deficiência que você pode não dar conta de atender à necessidade daquele aluno, é preocupante [...] eu me pergunto: “Será que eu estou realmente atendendo a necessidade desse aluno? ”

Percebe-se que nesses discursos há um pano de fundo ao qual pode ser identificada a insegurança de alguns profissionais, o que pode ser entendido é que, no contexto escolar o professor precisa estar atendendo as reais necessidades dos alunos com deficiência e para isso faz-se necessário que eles busquem cursos de formação continuada, realizem pesquisas, traçam novas estratégias e metodologias de ensino e comecem a olhar o aluno como um ser capaz de desenvolver suas habilidades e não se prender a deficiência que o aluno possui.

Em contrapartida, os professores recém-formados por não possuírem muita experiência podem ter inicialmente certa dificuldade na prática docente, mais isso acontece porque o novo sempre assusta. Para Terra *et al* (2005) as dificuldades e necessidades dos professores de Educação Física acontecem em especial nos cinco primeiros anos de atuação profissional, em relação à prática pedagógica desenvolvida na escola. Segundo HUBERMAN (1992, p. 69):

[...] este grupo de professores iniciantes possuem características diferentes daqueles de mais experiências de docência em relação ao modo de pensar, agir e de enfrentar o cotidiano do trabalho pedagógico. Para o autor, esta fase inicial é denominada de

“tateamento”, situada entre a contradição da descoberta e o choque com o real frente a complexidade da situação profissional nos diversos problemas existentes no cotidiano. Por este motivo, a leitura que estes fazem da sua formação e dos impactos da mesma na sua vida profissional é diferente daqueles professores que já possuem muito tempo de formado com grande experiência.

Mesmo com avanços no que se referem à formação inicial dos docentes do curso de Educação Física, há uma necessidade de se pensar sobre modificações na matriz curricular de alguns cursos, onde se contemplem a inclusão educacional de modo que os acadêmicos saiam da graduação mais seguros para trabalhar com a educação especial, e que estes profissionais também percebam a necessidade de se aprofundar o conhecimento nesta área, pois mesmo que essas modificações se concretizem e os resultados sejam os esperados, não se pode assegurar que apenas a formação inicial suprirá as necessidades que o professor encontrará na escola.

O processo de formação não se encerra no término do curso universitário, mas se prolonga por toda a trajetória profissional, através da troca de experiências e do compartilhamento de conhecimentos, processo em que os professores vão crescendo, agregando e reorganizando ideias, conhecimentos, posturas e formas de organizar o trabalho em função da convivência com os alunos (WÜRDIG, 1999).

Compete então a cada professor, a conscientização de que somos seres humanos e profissionais em constante evolução, construção e desconstrução. Cabe a cada um, independente dos meios e dos objetivos, a busca pela informação e pelo conhecimento, visto que a educação acompanha a evolução e transformação da nossa sociedade.

Com relação a inclusão dos EPAEE, os professores responderam ao questionário que continha 14 perguntas de múltipla escolha, onde deveriam assinalar se concordam, discordam ou, se nem concordam e nem discordam. Todas as perguntas tinham como finalidade saber a percepção dos professores quanto a inclusão e a sua prática em relação aos EPAEE, e se a relação e experiência com cada uma das deficiências, seja motora, auditiva, visual ou intelectual, mudava se comparadas umas com as outras. Das 14 perguntas do questionário, foram escolhidas 08 questões, consideradas de maior relevância para discussão. São elas:

Primeira pergunta: Sou capaz de ajustar as minhas práticas no contexto da aula, de forma a atender às necessidades dos alunos com deficiência.

Para esta pergunta todos os professores participantes, independente dos diferentes perfis, responderam que concordam que são capazes de ajustar as suas aulas para as turmas de alunos com e sem deficiência, conforme às necessidades da turma e dos EPAEE.

A atitude do professor assume uma função importante no processo de ensino aprendizagem dos alunos onde é fundamental para o sucesso de qualquer mudança educacional, particularmente na construção de uma escola inclusiva. Conforme nos aponta Warwick (2001), “nada ou ninguém é mais importante para a melhoria da escola que um professor; a mudança educacional depende do que os professores fazem e pensam” (p. 115).

Um dos compromissos de um profissional de Educação Física é promover saúde, conhecimento e uma melhor qualidade de vida a seus clientes e/ou alunos, conforme a necessidade de cada um e, dentro das escolas, isso não deve ser diferente, visto que em cada turma existe uma infinidade de particularidades e, ainda mais especificamente, quando nessas turmas há crianças com alguma deficiência. Daí a importância deste professor saber e buscar a melhor forma de adaptar suas aulas conforme a necessidade de cada turma, respeitando as limitações de cada um e, mais do que isso, influenciando positivamente no progresso destes alunos.

Geralmente os professores de Educação Física são vistos como profissionais que desenvolvem mais atitudes positivas perante os alunos, se comparado aos demais professores em geral, talvez devido aos aspectos fortemente expressivos no âmbito cognitivo, motor e afetivo da disciplina. Normalmente os professores são conotados como profissionais que apresentam atitudes favoráveis à inclusão e, conseqüentemente, podem apresentar maior facilidade de encontrar soluções para casos complexos, por isso esta imagem sempre positiva e dinâmica dos professores de Educação Física se torna uma identidade profissional, fazendo com que estes sejam frequentemente convidados a participarem de projetos de inovação e principalmente de inclusão nas escolas (RODRIGUES, 2003).

Diante das respostas, os professores acreditam que são capazes de ajustar suas aulas para incluir estes alunos, porém é preciso saber se realmente o discurso e a prática desses profissionais estão em consonância.

Segunda pergunta: A inclusão de alunos com deficiência na minha disciplina é um contributo importante para a socialização e desenvolvimento psico-afetivo desses alunos.

No primeiro momento, é de um entusiasmo generalizado falar sobre a inclusão, visto que sabemos a importância deste assunto. Porém ao pedir para que os professores participantes da pesquisa respondessem à pergunta sobre suas aulas, é notório o entusiasmo se misturar com certo temor e insegurança. Um dos participantes, respondeu que nem concorda e nem discorda, os outros treze professores, afirmaram que, as aulas de Educação Física contribuem sim, para o desenvolvimento como um todo dos EPAEE.

Vygotsky (1998) diz que, a criança se bem orientada e estimulada, desenvolve e apropria-se da linguagem, códigos e suas tecnologias, assim como tudo o que está a sua volta. Ao vivenciar os conteúdos junto com os demais, a criança assimila por meio das inter-relações com eles e com os objetos, suas capacidades cognitivas, como a atenção, o raciocínio, memória, percepção, consciência, emoções, etc. (PALANGANA *et al*, 2002).

Tudo o que a criança aprende socialmente, principalmente através da linguagem, não objetiva apenas suas atitudes com o meio nas mais diversas situações. Essas experiências e aprendizados adquiridos refinam qualitativamente a cognição, favorecendo e estimulando suas múltiplas capacidades. (PALANGANA *et al*, 2002).

Diante das respostas dos professores e dos autores citados, percebemos então que apesar de todas as dificuldades, é notório o desenvolvimento dessas crianças quando incluídas com outras sem qualquer tipo de deficiências, visto que assim, além de vários outros contributos, ela passa a ver o mundo além de suas limitações, estando aberta a mudanças e novas opiniões, favorecendo também para um sentimento de autoconfiança e respeito consigo para com os demais e também dos demais para com ela.

Na terceira pergunta: A inclusão de alunos com deficiência traduz-se em exigências e esforços adicionais para os docentes.

Todos os professores responderam que concordam, o fato de terem em suas turmas algum EPAEE, faz com que as aulas causem uma certa preocupação e um cuidado a mais na sua elaboração, fazendo com que as aulas de Educação Física tradicionais, onde todos fazem tudo da mesma forma, tornem-se aulas adaptadas, que conforme (Duarte e Werner, 1995), é um ramo da área da Educação Física que objetiva estudar a motricidade humana para pessoas com deficiência, adaptando suas práticas e métodos para o ensino de cada pessoa, conforme sua individualidade biológica.

Segundo Bueno e Resa (1995), a Educação Física Adaptada para portadores de deficiência não se diferencia da Educação Física em seus conteúdos, mas compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao indivíduo deficiente. É um processo de atuação docente com planejamento, visando atender às necessidades de seus educandos.

Quando falamos de esforços adicionais, estamos nos referindo ao pesquisar mais e ao planejamento das aulas, e para isso precisa-se de tempo e dedicação, para Marcondes (2005) *apud* Smeha (2008), o constante aprimoramento e as dificuldades encontradas na elaboração das aulas de maneira que atenda a proposta educacional da inclusão, parece causar mobilização por parte dos professores.

Por esse motivo, o professor deve estar sempre atento e conhecer a individualidade e necessidade de cada aluno e de cada turma, buscando promover o respeito entre as singularidades, buscando atender a cada um e não objetivando a homogeneidade da turma (MONTANO, 2002).

Percebe-se nesta questão que os professores têm consciência de que suas aulas não podem ser ministradas da mesma forma que seria para uma turma homogênea, onde todos os alunos fossem iguais e sem qualquer tipo de deficiências, quando nesta turma existe algum EPAEE, e que muitas vezes, apesar desses professores não se sentirem tão seguros quanto a prática adotada, o fato desses profissionais terem certa preocupação e considerarem que precisam se

esforçar mais na elaboração de suas aulas é um contributo importante para que eles alcancem seu objetivo como mediador e promotor da inclusão, de forma que atenda eficazmente a necessidade da criança com algum tipo de deficiência dentro de uma escola de ensino regular.

Na quarta pergunta: Na minha disciplina os alunos com deficiência aprendem mais quando incluídos nas turmas normais com os seus pares de idade do que se tivessem aulas separadas só para eles.

É notória a diferença de opiniões dos participantes, quando questionados sobre de que forma os EPAEE, de fato, aprendem mais, se incluídos nas escolas de ensino regular, ou se em algum centro especializado, por exemplo, onde tivessem aulas específicas para suas necessidades. Diante desta afirmativa, 05 dos professores responderam que concordam, pois acreditam que crianças com algum tipo de deficiência, aprendem mais quando em convívio com crianças sem deficiência, outros 04 participantes discordam, concluindo assim que, os EPAEE têm um melhor rendimento no aprendizado, quando estes estão matriculados em turmas com outras crianças com as mesmas necessidades ou, se tivessem aulas separadas só para elas. Os outros 05 professores participantes responderam que nem concordam e nem discordam com a afirmativa.

Quando a criança é estimulada a aprender em sociedade, contribui-se com a autonomia, fazendo com que sejam construídas nelas, através da interação, novas modalidades de ações. À medida que a criança interage com o meio social, este se torna cada vez mais comum a ela. As experiências vivenciadas nas relações com outras crianças e com o professor faz com que ela seja capaz de organizar ou reorganizar suas atitudes, contribuindo assim, com novas características psicológicas (PALANGANA *et al*, 2002).

Segundo Kenski (2003) *apud* Vieira (2008), o conhecimento deixa de ser informação, quando existe um trabalho onde este é feito de forma partilhada com os outros, onde a interação facilita o confronto, fazendo com que enriqueçamos nossa percepção com o eu e o mundo.

Neste sentido, observa-se que, qualquer pessoa, especialmente, os EPAEE, são mais estimulados a conviverem e conseqüentemente, a aprenderem, quando

interagem em ambientes onde suas necessidades não são vistas como empecilhos, mas como desafios a serem superados. Interagir é passar a conhecer e respeitar o ritmo e as particularidades de cada um, evitando conflitos e adquirindo capacidade de resistência a frustração. (CÉSAR *et al*, 2007) *apud* Afonso (2011).

Diante dos autores citados e da quantidade de professores que responderam concordar com a afirmativa, nota-se que apesar de vários ambientes não colaborarem de forma positiva e eficaz com o aprendizado dos EPAEE, o conhecimento adquirido por eles independe do ambiente em que estão, pois isso varia e pode ser muitas vezes estabelecido ou mensurado pelo trabalho e pelas práticas que o professor se dispor a realizar a fim de atender às necessidades destas crianças.

Na quinta pergunta: Na minha disciplina, a inclusão de alunos com deficiência perturba o normal funcionamento das aulas.

Das respostas obtidas nesta questão, 04 professores responderam que concordam que a inclusão dos EPAEE perturba o funcionamento das aulas, alguns citam como exemplo, ter que mudar todo o planejamento da aula para que consiga prender a atenção desses alunos com algum tipo de deficiência. Outros 05 discordam, pois acreditam que através da inclusão, todos os alunos, com e sem deficiência, passam a ter novas experiências quando em convívio, o que contribui no processo de aprendizagem de todos. Os outros 05 participantes responderam que nem concordam e nem discordam desta afirmativa.

Diante das respostas dos professores, observa-se que é necessário que eles estejam preparados para lidar com alunos “diferentes” dentro da sala de aula, para que não haja discriminação de nenhuma forma.

Segundo Madureira & Leite (2003), é vantajoso que todos os alunos, que tenham alguma deficiência ou não, aprendam e compartilhem de momentos junto aos demais nas escolas do ensino regular, independentemente das diferenças e das dificuldades que possa haver em cada aluno.

Nesse sentido a postura do professor, na sala de aula, será o que vai determinar ou não a aprendizagem dos alunos, por meio de mediações e trocas

simbólicas, favorecendo o seu desenvolvimento. Neste caso, é necessário que as escolas e principalmente os professores da sala regular se preparem para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais (Vygotsky, 1997).

Vale ressaltar a necessidade do professor de Educação Física, além de incentivar, inovar em suas aulas, de forma a elaborar atividades em que o aluno se movimente de forma independente (Flores, Lehnhard e Lehnhard, 2011).

Com isso, fica evidente a necessidade de os professores de Educação Física estar sempre em processo de evolução e aprimoramento do trabalho que vem sendo desenvolvido com os EPAEE, tanto no planejamento das atividades quanto no desempenho do aluno para participar verdadeiramente e com maior segurança das aulas. É nítido que todos aprendem de forma diferente e que uma atenção individual do professor a determinado aluno não prejudica a turma. Por esse motivo se faz necessário atender às necessidades de todos de forma a abranger as diversas habilidades que cada indivíduo possui.

Na sexta pergunta: Pretende participar em futuras ações de formação para se sentir mais capaz de ensinar, em conjunto, alunos com e sem deficiência.

Das respostas obtidas, 11 professores concordam que precisam obter mais conhecimento para saber lidar com os desafios do dia a dia, e 03 responderam que não concordam, pois acreditam não ter mais necessidade, devido estarem no fim da carreira e por esse motivo, não possuem mais como prioridade participar de qualquer tipo de ação.

Analisando as respostas dos professores, a grande maioria confirma a necessidade de estar em frequente busca por aprendizado e que, esperam sim, participar de ações que envolvam alunos com e sem deficiência.

Alguns autores como Prieto (2006) e Montoan (1997, p. 123) explicam o quanto necessário é a formação continuada para que o professor possa ser produtor de conhecimento, crítico e comprometido com a sua função social de educar e de promover transformações onde for.

Baseado nos autores citados, a necessidade de dar continuidade na formação é de suma importância, pois isso se torna um instrumento para os professores

reavaliarem e questionarem sua prática docente, possibilitando assim, a produção de novos conhecimentos acerca da inclusão.

Na sétima pergunta: A minha formação capacitou-me para trabalhar em conjunto, com alunos com e sem deficiência.

A partir das respostas dos professores, 02 responderam que concordam, 11 discordam e 01 respondeu que nem concorda e nem discorda. Baseado nas respostas fica evidente que para esses profissionais, apenas a graduação não foi suficiente, pois em suas formações, não tiveram disciplinas específicas que promovesse vivência dentro ou fora das universidades com EPAEE. Rodrigues (2006) afirma que:

na formação inicial de professores de educação física (PEF) os conteúdos sobre necessidades educacionais especiais (NEE) “são frequentemente inexistentes ou então pouco direcionados para a resolução de problemas concretos de planejamento, intervenção ou avaliação que o futuro profissional possa vir a encontrar” (p. 67).

Analisando a fala do autor, observa-se que a prática dos professores está diretamente relacionada à formação, onde a temática sobre inclusão fica na maioria das vezes apenas na teoria, enquanto a prática só é vivenciada depois que o profissional estiver atuando no dia-a-dia dentro de uma escola, ou quando este convive com pessoas com algum tipo de deficiência.

É dever das universidades, proporcionar o conhecimento teórico e também prático, além de propor “medidas que favoreçam o bem-estar e o crescimento de sua comunidade” (ZOBOLI & BARRETO, 2006, p. 77).

Vê-se a necessidade da renovação das instituições frente às graduações, para que possam investir em uma melhor formação e capacitação em Educação Inclusiva, para que assim, não se transfira toda a responsabilidade apenas para os professores já formados. Porém, para que isso ocorra, precisamos de uma maior atenção por parte das autoridades competentes.

Na oitava pergunta: Já participei em ações de formação para me sentir mais capaz de ensinar, em conjunto, alunos com e sem deficiência.

Com base nas respostas obtidas, 13 professores responderam que concordam e apenas 01 respondeu que discorda. Ao analisarmos as respostas, é

evidente que todos compreendem a importância e sabem teoricamente o que é a inclusão e de que forma ela deveria acontecer na prática, porém estes mesmos professores reconhecem e explicam que as dificuldades que enfrentam no dia a dia, fazem com que eles se acomodem de alguma forma e deixe muito a desejar.

Alguns autores como Paulon, Freitas e Pinho (2005) afirmam que os profissionais de Educação Física necessitam de uma formação de qualidade e de forma contínua para conseguir transmitir o conhecimento e vivência aos alunos com deficiência.

Logo, vê-se a necessidade de se repensar a formação inicial e também continuada dos profissionais da educação, bem como uma capacitação que possibilite um contexto de estudos avançados para práticas pedagógicas realmente inclusivas.

4 CONCLUSÃO

Através das respostas de cada professor, percebemos que existe certa resistência por parte de alguns deles ao trabalhar o processo de inclusão. Pois analisando o questionário pudemos destacar dois grandes fatores de maior dificuldade para maioria dos professores sobre suas compreensões acerca da inclusão de alunos com necessidades educacionais nas aulas de Educação Física da escola regular, que são a formação inicial e por consequência, a falta de vivência dos professores com os alunos da educação especial. Outro fator que nos chamou atenção foi que o município pesquisado não oferece capacitação ou formação continuada para os profissionais da Educação Física, bem como meios ou auxílio para que eles busquem conhecimento e aperfeiçoamento para tratar desta temática.

Consideramos que a proposta de uma educação inclusiva para todos é válida, porém ainda há muito a ser pesquisado e analisado, no que diz respeito às políticas públicas do nosso país com a realidade das nossas escolas. A inclusão é um processo que já acontece, mas que pode estar longe de ser de fato, concretizado. Pois, mesmo havendo políticas que subsidiam a prática da inclusão, podemos observar que ela anda a passos lentos, é preciso se pensar nos profissionais e nos espaços que irão receber estes alunos.

Apesar de todas as dificuldades encontradas neste trabalho, acreditamos e defendemos a ideia de que podemos começar a fazer a diferença simplesmente sendo empáticos e conscientizando outros profissionais das reais necessidades de se fazer a inclusão dos alunos com deficiência, pois sabemos que através da educação inclusiva, podemos obter um ensino de qualidade e de igualdade para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, F.A.M. **As atitudes dos alunos face a inclusão de seus pares com deficiência nas aulas de educação física.** Lisboa, 2011.

ALTENFELDER, Anna Helena. **Desafios e tendências em formação continuada.** São Paulo, 2005 .

BARRETA, Emanuele Moura; CANAN, Silvia Regina. **Políticas Públicas de Educação Inclusiva: Avanços e recuos a partir dos documentos legais.**IX ANPED sul. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

BETTI, Irene Conceição Rangel. **Esporte na escola.** Mas e só isso professor. Motriz, v. 1,p. 25-31, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais.**Educação Física/ Secretaria de educação Fundamental. –Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, MEC, SEESP. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial, Área de Altas Habilidades.** v. 9, 1998 (Série Diretrizes) Brasil.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

BRASIL. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BUENO; RESA. **Educação Física para meninos e meninas com necessidades educativas especiais.** Malaga, 1995.

CARVALHO Rosita Edler. 1997. **A nova LDB e a educação especial.** Rio de Janeiro:

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CHAGAS, PSC. **Metodologia da Investigação científica**. [Tese]. Juiz de Fora: Departamento de Fisioterapia – UFJF; 2010.

Chicon, J.F.; Nascimento, S.F. **Formação continuada de professores de educação física na perspectiva da inclusão**. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 17., 2011, Porto Alegre.p.1-12.

CRUZ, G. C.; SORIANO, J. B. **Perspectivas docentes sobre formação profissional em educação física para atuação em contextos inclusivos**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 13, p. 1-16, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/pef/article/viewFile/9263/8389>>.

DARIDO, S.C; RANGEL, I. C. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DUARTE; WERNER. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências**. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995.<https://jus.com.br/artigos/60496/a-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-na-escola-regular>

FREIRE, J. B. **Educação de corpo inteiro**. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

FONSECA, Vitor da. **Contributo para o estudo da gênese da psicomotricidade**. 3. Ed. p. 18, Lisboa: Ed. Notícias, 1981.

Glat; Pletsch. **O PAPEL DA UNIVERSIDADE FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. Revista Benjamin Constant, 2004

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUBERMAN, M. **O Ciclo de vida profissional dos professores**. In: NÓVOA, A. (org.). Vidas de professores. 2. ed. Portugal: Porto Editora, p. 31-61, 1992.

KRAMER, Sônia et al. **Com a pré-escola nas mãos. Uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1989.

LE BOULCH, Jean. **O desenvolvimento psicomotor: Do nascimento aos 6 anos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LEVIN, Esteban. **A clínica psicomotora: O corpo na linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2003.

Leitão, F. R.(2006). **Aprendizagem Cooperativa e Inclusão**. Lisboa: Edição do autor

MANTOAN, M. T. E. **Ensinando à turma toda as diferenças na escola**.Pátio revista pedagógica, ano V, n. 20, fev./abr. 2002, p. 18-23.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. (Org.). 1997. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon. SENAC.

MARTINS, A. B. R. FREIRE, E. S.**O envolvimento dos alunos nas aulas de educação física: um estudo de caso 1. Pensar a Prática**, Goiânia, v. 16, n. 3, p. 760-774, jul./set. 2013.

Madureira, I. e Leite, T. (2003). **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa: Universidade Aberta

MONTEIRO, A. P. H.; MANZINI E. J. **Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.14, n.1, p.35-52, 2008.

OLIVEIRA, V. M. **O que e Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PALANGANA, *et al.* **Acerca da relação entre ensino, aprendizagem e desenvolvimento**. Braga, Portugal: Revista Portuguesa de Educação, 2002.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. trad. de Maria Alice M. D' Amorim e Paulo S.L. Silva, Rio de Janeiro: Forense-Universitária Ltda., 1996.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

Rodrigues, D. **Educação Inclusiva: as boas e as más notícias**. In: RODRIGUES, David (org.). **Perspectivas sobre a inclusão; da educação à sociedade**. Porto: Porto, 2003.

RODRIGUES, David. **A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceptuais e metodológicas**.

Sassaki, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 18\11\2018

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SERRA, Dayse. **Inclusão e ambiente escolar**. In: Santos , Mônica Pereira; Moreira , Marcos. **Inclusão em educação: culturas,políticas e práticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Aline. **Educação Especial e Inclusão Escolar: História e Fundamentos**. Curitiba. Ibpex, 2010.

SILVEIRA, G. C. F. PINTO, J. F.**Educação física na perspectiva da cultura corporal: uma proposta pedagógica**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, v. 22, n. 3, p. 137-150, maio 2001.

SCARPATO, Marta et al. **Educação física: como planejar as aulas na educação física**. São Paulo: Avercamp, 2007

SMEHA; FERREIRA. **Prazer e sofrimento docente nos processos de inclusão escolar**. Santa Maria: Revista Educação Especial, 2008..

TESSARO, Nilza. **Inclusão Escolar: Concepções De Professores E Alunos Da Educação Regular E Especial**.Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), 2007.

TERRA, Dinah Vasconcellos et al. **PRINCIPAIS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS PRIMEIROS ANOS DE DOCÊNCIA: elementos para (re) orientação das disciplinas de Didática e Prática de Ensino do curso de licenciatura em Educação Física da UFU**. Motrivivência Ano XVII, Nº 25, P. 37-55 Dez./2005.

THOMAS, JR.; NELSON, JK.; SILVERMAN, SJ. **Métodos de pesquisa em atividade física**. Tradução Ricardo Demétrio de Souza Petersen. 6. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 440

VIEIRA, S. **Interação aluno-aluno em trabalho de pares: Contributos para uma educação bilíngue**. Universidade Nova de Lisboa, 2008.

VYGOTSKY. L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
Warwick, C. (2001). **O apoio às escolas inclusivas**. IN: Rodrigues, D. (org.). **Educação e diferença: valores e práticas para uma escola inclusiva**(pp. 109-122). Porto: Porto Editora.

WURDIG, R. C. **Dos bancos universitários aos pátios escolares: da formação inicial à prática pedagógica dos professores de Educação Física**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 1, n. 21, p. 632-638, 1999.

WVA. 1998. **A escola como espaço inclusivo**. In. IV Congresso de Educação de Presidente Prudente, Revista de anais. Presidente Prudente. Educação inclusiva: com os pingos nos "is", 5ª Edição, Porto Alegre, 2007.

ZOBOLI, F. BARRETO, S. J. A. **Corporeidade como Fator de Inclusão de Pessoas em Condição de Deficiência**. In: Rodrigues, David. Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo, 2006.

CENTRO UNIVERSITÁRIO
LUTERANO DE JI-
PARANÁ/ULBRA/RO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A ATITUDE DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA FACE À INCLUSÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (EPAEE) DA REDE MUNICIPAL DE JI-PARANÁ

Pesquisador: REGIANE CARIS DOS SANTOS

Áre
a
Te
má
tic
a:
Ver
sã
o:
1

CAAE: 03803318.7.0000.5297

Instituição Proponente: Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná/ULBRA/RO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.082.139

Apresentação do Projeto:

O projeto refere-se a uma pesquisa de campo caracterizada como um estudo de pesquisa exploratória e descritiva de coleta de dados através de um

questionário que será aplicado aos profissionais de Educação Física, e posterior será analisado e tabulado

os resultados obtidos relativo ao tema

abordado “A Atitude dos Professores de Educação Física Face à Inclusão de Estudantes Público Alvo da Educação Especial (EPAEE) da Rede

Municipal
de Ji-
Paraná”.

**Objetivo
da**

Pesquisa:

Claro e
exequível.

As atitudes dos professores de Educação Física do município de Ji-Paraná mudam de acordo com a
consoante a sua experiência profissional, nível
de ensino, idade docente, formação e experiência com os Estudantes Público Alvo da Educação
Especial (EPAEE).

Objetivo Primário:

Analisar como está ocorrendo as atitudes dos professores de Educação Física com os
Estudantes Público Alvo da Educação Especial (APAEE) da
rede municipal de Ji-Paraná.

Endereço: Av Engenheiro Manoel Barata Almeida da Fonseca 762

Bairro: Jardim Aurélio Bernardi

CEP: 76.900-000

UF: RO

Município: JI-PARANA

Telefone: (69)3416-3136

Fax: (69)3416-3131

E-mail: comiteeticaceulji@ulbra.br

Continuação do Parecer: 3.082.139

Objetivo Secundário:

- Analisar as atitudes dos professores de educação física, com relação a sua prática pedagógica no contexto educacional.
- Verificar os desafios encontrados pelos professores de educação física face à inclusão de alunos com deficiência.
- Enumerar as possíveis objeções dos professores

de educação física face a inclusão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos são mínimos, para estudos com aplicação de questionários, entrevistas e estudo com observação participante/ Grupo focal, entende-se

que os riscos / Danos possíveis pode resultar em:

- Invasão de privacidade;
- Revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados;
- Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado;
- Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE).
- Tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista.
- Interferência na vida e na rotina dos sujeitos.
- Riscos relacionados à divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos.

No entanto destaca-se que é possível que os participantes dessa pesquisa sintam desconforto ao compartilhar informações pessoais porém será

explicitado, que não precisará responder a qualquer pergunta ao se sentir desconforto.

O risco de segurança da informação, será controlado considerando que somente os pesquisadores e sua orientadora terão acesso ao material da

coleta de dados. Com relação aos pesquisadores, o risco é de se deixar envolver e influenciar pelas respostas dos sujeitos.

Ressalva. Os pesquisadores devem colocar no TCLE a garantia absoluta de sigilo. pesquisadores garantem a privacidade.

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa para os investigados serão diretos e coletivos, uma vez que os resultados podem oferecer subsídios para melhoria das

ações dos envolvidos no processo educativo.

Estima-se que esta pesquisa contribuirá de forma positiva para a prática pedagógica dos professores de educação física, oferecendo a eles um

Endereço: Av Engenheiro Manoel Barata Almeida da Fonseca 762

Bairro: Jardim Aurélio Bernardi

CEP: 76.900-000

UF: RO

Município: JI-PARANA

Telefone: (69)3416-3136

Fax: (69)3416-3131

E-mail: comiteeticaceulji@ulbra.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
LUTERANO DE JI-
PARANÁ/ULBRA/RO**



Continuação do Parecer: 3.082.139

auxílio para desenvolver suas práticas com todos os alunos principalmente o aluno com deficiência.

Possibilita ainda os professores repensarem em

sua ação, e consequentemente encontrar soluções para os desafios que enfrenta em sala de aula.

Além de permitir a reflexão das práticas pedagógicas, através desta pesquisa os alunos também serão beneficiando de forma direta

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Importante para a área.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos bem apresentados.

Recomendações:

Apresentar relatórios ao final da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1263939.pdf	29/11/2018 20:10:31		Aceito
Outros	Modelo_Questionario.pdf	29/11/2018 20:09:47	REGIANE CARIS DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisa.docx	29/11/2018 19:49:07	REGIANE CARIS DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTOLIVREESCLARECIDO.docx	29/11/2018 19:48:47	REGIANE CARIS DOS SANTOS	Aceito
Outros	CartadeAceite.pdf	29/11/2018 19:48:20	REGIANE CARIS DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	29/11/2018 19:46:46	REGIANE CARIS DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Av Engenheiro Manoel Barata Almeida da Fonseca 762

Bairro: Jardim Aurélio Bernardi

CEP: 76.900-000

UF: RO

Município: JI-PARANA

Telefone: (69)3416-3136

Fax: (69)3416-3131

E-mail: comiteeticaceulji@ulbra.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO
LUTERANO DE JI-
PARANÁ/ULBRA/RO



Continuação do Parecer: 3.082.139

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JI-PARANA, 13 de Dezembro de 2018

Assinado por:

**Thyago Bohrer Borges
(Coordenador(a))**

Endereço: Av Engenheiro Manoel Barata Almeida da Fonseca 762

Bairro: Jardim Aurélio Bernardi

CEP: 76.900-000

UF: RO

Município: JI-PARANA

Telefone: (69)3416-3136

Fax: (69)3416-3131

E-mail: comiteeticaceulji@ulbra.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa.

Título: A atitude dos Professores de Educação Física face à inclusão de Estudantes Público Alvo da Educação Especial (EPAEE) da rede municipal de Ji-Paraná.

Objetivo: Analisar como está ocorrendo as atitudes dos professores de Educação Física com os Estudantes Público Alvo da Educação Especial (EPAEE) da rede municipal de Ji-Paraná.

Procedimentos: Ocorrerá a aplicação de um questionário que consiste em perguntas de múltipla escolha, sobre sua formação, experiências, prática pedagógica, e opiniões face à inclusão de Estudantes Público Alvo da Educação Especial (EPAEE).

Riscos ou Desconfortos: Os riscos são mínimos, para estudos com aplicação de questionários, entende-se que os riscos / Danos possíveis pode resultar em:

- Invasão de privacidade;
- Revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados;
- Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado;
- Divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE).
- Tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário.
- Interferência na vida e na rotina dos sujeitos.

O risco de segurança da informação, será controlado considerando que somente os pesquisadores e sua orientadora terão acesso ao material da coleta de dados. Com relação aos pesquisadores, o risco é de se deixar envolver e influenciar pelas respostas dos sujeitos.

Benefícios: Os benefícios da pesquisa para os investigados serão diretos e coletivos, uma vez que os resultados podem oferecer subsídios para melhoria das ações dos envolvidos no processo educativo.

Estima-se que esta pesquisa contribuirá de forma positiva para a prática pedagógica dos professores de educação física, oferecendo a eles um auxílio para desenvolver suas práticas com todos os alunos principalmente o aluno com deficiência. Possibilita ainda os professores repensarem em sua ação, e consequentemente encontrar soluções para os desafios que enfrenta em sala de aula.

Além de permitir a reflexão das práticas pedagógicas, através desta pesquisa os alunos também serão beneficiando de forma direta.

Reconheço que tenho liberdade de recusar a continuar ou de retirar meu consentimento em qualquer momento, sem penalização alguma. Sei que posso buscar, junto aos responsáveis da pesquisa, esclarecimentos de qualquer natureza, inclusive os relativos à metodologia de trabalho. Os responsáveis pela pesquisa garantem o sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Tenho ciência de que as atividades são sempre registradas e podem ser utilizadas para fins científicos, como publicações e participações em congressos, nos limites da ética e do proceder científico íntegro e idôneo – e de que a minha participação nesta pesquisa é completamente isenta de qualquer ônus financeiro. Caso eu venha a ter qualquer despesa decorrente da minha participação nesta pesquisa, serei imediatamente ressarcido mediante a devolução dos valores despendidos. Os pesquisadores responsabilizam-se por reparar danos eventuais associados e/ou decorrentes da pesquisa, sejam eles imediatos ou tardios, inclusive no que diz respeito às indenizações. Sei que meu nome ou o material que indique minha participação não será liberado sem minha permissão e que os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo Tel. (69) 9.8478-6039 ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/CEULJI/ULBRA, na sala 04 prédio C, telefone (69) 34163136 E-mail comiteeticaceulji@ulbra.br

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____ fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante
RG

Cidade, ____/____/____

Assinatura do Pesquisador Responsável
RG

Docente: Prof. Doutor Francisco Ramos
Leitão

Discente: João Paulo Fernandes Ramos
Leitão

A atitude dos professores face
à Inclusão de alunos com
deficiência

A ATITUDE DOS PROFESSORES FACE À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA (APIAD, Ramos Leitão, 2011)

Dados Biográficos

Género

☐

Feminino

☐

Masculino

Idade

☐

menos de 30 anos

☐

30 a 40 anos

☐

40 a 50 anos

☐

mais de 50 anos

Habilitações Literárias

☐

Bacharelato

☐

Licenciatura

☐

Pós-Graduação

☐

Mestrado

☐

Doutoramento

Escola de Formação: _____

Funções, Nível de Ensino e Grupo Disciplinar

☐

Pré-escolar

☐

1º Ciclo

☐

2º e 3º Ciclo

☐

Secundário

Grupo Disciplinar: _____

Funções de Gestão ou Coordenação Pedagógica :

☐

Sim

☐

Não

Experiência Profissional

☐

menos de 5 anos

☐

5 a 10 anos

☐

mais de 10 anos

Contacto com a Deficiência

7 Já teve alguma experiência no ensino de alunos com deficiência?

☐

Sim

☐

Não

Na sua formação inicial teve alguma cadeira que o levasse ao contacto com pessoas com deficiência?

☐

Sim

☐

Não

8 Na sua infância/juventude teve contacto com pessoas com deficiência? ☐ Sim ☐ Não

Muito Obrigado pela sua colaboração.

A ATITUDE DOS PROFESSORES FACE À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA (APIAD, Ramos Leitão, 2011)

1. Tenho conhecimentos suficientes para ensinar, em conjunto, alunos com e sem deficiência.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

2. A inclusão de alunos com deficiência, na minha disciplina, é um contributo importante para a socialização e desenvolvimento psico-afectivo desses alunos.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

3. A inclusão de alunos com deficiência traduz-se em exigências e esforços adicionais para os docentes.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

4. Na minha disciplina os alunos com deficiência aprendem mais quando incluídos nas turmas normais com os seus pares de idade do que se tivessem aulas separadas só para eles.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

5. Sou capaz de ajustar as minhas práticas de forma a, no contexto da aula, dar resposta às necessidades dos alunos com deficiências.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

6. A inclusão de alunos com deficiência, na minha disciplina, é um incentivo à construção de relações de colaboração, solidariedade e ajuda mútua, entre os alunos.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

7. A inclusão de alunos com deficiência nas actividades curriculares torna a planificação e preparação das aulas mais difícil e complexa.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

Docente: Prof. Doutor Francisco Ramos
Leitão

Discente: João Paulo Fernandes Ramos
Leitão

A atitude dos professores face
à Inclusão de alunos com
deficiência

ATITUDE DOS PROFESSORES FACE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

(APIAD, Ramos Leitão, 2011)

8. Os alunos com deficiência são bem aceitos pelos outros alunos da turma.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

9. A inclusão de alunos com deficiência, na minha disciplina, exige uma atenção especial e individualizada a esses alunos e, conseqüentemente, muito do meu tempo.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

10. Na minha disciplina a inclusão de alunos com deficiência perturba o normal funcionamento das aulas.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

11. A inclusão de alunos com deficiência na minha disciplina ajuda, os alunos ditos normais, a desenvolver um maior sentido de tolerância.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

12. Pretendo participar em futuras ações de formação para me sentir mais capaz de ensinar, em conjunto, alunos com e sem deficiência.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

13. A minha formação inicial capacitou-me para trabalhar, em conjunto, com alunos com e sem deficiência.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					

14. Já participei em ações de formação para me sentir mais capaz de ensinar, em conjunto, alunos com e sem deficiência.

	Discordo Totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo Totalmente
a. Deficiência Motora					
b. Deficiência Auditiva					
c. Deficiência Visual					
d. Deficiência Mental					